

VIOLÊNCIA E IMPRENSA EM MINAS GERAIS: UMA REPRODUÇÃO DA SOCIEDADE DOMINANTE?

Geélison Ferreira da Silva*

Resumo:

Buscando fazer uma abordagem sociológica a respeito da criminalidade violenta, em nosso trabalho, tratamos da definição de crime e violência, bem como, de alguns aspectos de criminalização e marginalização de grupos sociais específicos ao longo da história brasileira. Também abordamos a questão do medo da violência inserido em um processo de diferenciação social e estigmatização a partir de construção de identidades que favorece a dominação social e simbólica. Isto é analisado no âmbito das publicações da imprensa escrita do estado de Minas Gerais a respeito de crimes violentos, utilizando como fonte documental para a construção de dados os 05 (cinco) jornais impressos de abrangência estadual: Jornal Aqui, Estado de Minas, Hoje em Dia, O tempo e Super Notícia. A partir do modo como a imprensa apresenta as matérias relacionadas a crimes violentos, demonstra-se como ela tende a reproduzir e corroborar com a ordem social estabelecida, já que em vários aspectos a manifestação da imprensa sobre o referido tema, tende a se aproximar dos dados oficiais que de alguma forma pode representar o espaço social. Assim, a imprensa é influenciada pela sociedade ao passo que corrobora com a mesma, dessa forma, reproduz a dominação social vigente.

Palavras chave: Violência; imprensa; mídia; Crime; Minas Gerais.

Introdução

Um fenômeno que tem ocupando bastante espaço nas conversas informais, debates políticos, publicações midiáticas, e também na academia, a partir, principalmente da década de 1980 no Brasil é a violência. É a respeito desse fenômeno tão em voga que tratamos aqui, mas antes de tudo, nosso trabalho versa sobre o modo através do qual a mídia, mais especificamente a imprensa escrita de Minas Gerais aborda os crimes violentos.

Acreditamos que este trabalho não está diretamente relacionado ao tema central deste congresso para o qual ele foi escrito, ou seja, Renda Básica, entretanto, trata de um assunto que é frequentemente relacionado à pobreza, ainda que de maneira muitas vezes equivocada, que é a violência. Como veremos com mais detalhes a seguir, pesquisadores e especialistas tem encontrado uma considerável relação entre desigualdade e crime.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Necessário se faz esclarecer que não faremos uma abordagem por muitos adotada, sugerindo que a grande exposição de violência na mídia provocaria efeitos negativos na formação psicopedagógica, ou seja, da personalidade principalmente de crianças, adolescentes e jovens. Entretanto, tratamos da abordagem das matérias jornalísticas sobre violência na imprensa do Estado de Minas Gerais, confrontando tal abordagem com e proposições científicas sobre criminalidade, bem como, proposições acerca de mídia e imprensa.

Sendo assim, a estruturação deste trabalho se dá, em razão de uma praticidade maior na sua construção, e da própria leitura e compreensão, em basicamente três tópicos principais. Serão eles: 1) Proposições teóricas acerca da criminalidade; 2) Proposições teóricas acerca da mídia e imprensa; 3) Confronto da teoria com os resultados empíricos.

Nosso objetivo principal, portanto, é confrontar as proposições teóricas acerca do crime, de mídia e imprensa, com os resultados empíricos encontrados. Assim, a principal questão que suscitamos é: em que medida o modo como a imprensa escrita do estado de Minas Gerais retrata os crimes violentos está em concordância ou choque com as teorias apresentadas?

O empreendimento a que nos propomos se justifica pela existência de poucos trabalhos neste sentido, como explicitado em um deles por Beato in Silva & Ramos (2007).

Governantes, policiais e policy makers destacam freqüentemente o papel negativo da cobertura jornalística da segurança pública, bem como o descrédito decorrente lançado sobre as instituições de justiça. Contudo, a medida com que ela efetivamente é capaz de influenciar e moldar comportamentos ainda é um vasto e inexplorado tema de pesquisa em nosso país (BEATO in SILVA & RAMOS, 2007).

Sabemos que nossa pesquisa não trará um diagnóstico conclusivo a respeito da capacidade midiática, ou mesmo, jornalística para moldar comportamentos, entretanto, podemos ter melhores definições acerca do modo como a imprensa retrata os crimes violentos. Tendo em vista que “A mídia pauta agendas na segurança pública”, existe uma carência de leitores críticos, há problemas relacionados a “jornalistas e suas fontes”, além de certo “encanto dos operadores de mídia” (BEATO in SILVA & RAMOS, 2007; p. 37,38), torna-se relevante confrontar pressupostos e teorias científica

com o resultado prático do jornalismo ao tratar de crimes violentos, para se esclarecer, por exemplo, 1) se a agenda proposta pela imprensa diverge da que os estudiosos propõem; 2) se a imprensa corroboraria para uma percepção equivocada por parte da massa não crítica acerca do fenômeno do crime; 3) se as fontes dos jornalistas a esse respeito estariam comprometidas; 4) se a relação entre policiais e a mídia comprometeria a credibilidade da notícia; além uma série de outras indagações que poderão surgir posteriormente.

Buscaremos compreender até que ponto algumas críticas como, as de que a imprensa manipula notícias, defende grupos sociais específicos enquanto criminaliza outros, é sensacionalista, trata assuntos de forma simplista e com base em senso comum, são pertinentes. Também tentaremos identificar aspectos do perfil geral da imprensa mineira quando se refere ao tipo de crime estudado.

Procedimentos metodológicos

Como nosso objetivo principal é confrontar as proposições teóricas acerca do crime, sobre mídia e imprensa, com os resultados empíricos encontrados, iniciamos pela busca de uma relação dos jornais existentes no estado para definir quais nos serviriam como fonte de pesquisa. O Instituto Verificador De Circulação (IVC), que parece ser a maior instituição possuidora de dados a esse respeito, pelo que nos foi demonstrado, apenas disponibiliza tais dados, relacionados a veículos de informação que a ele é filiado. De acordo com o IVC (2009) Minas Gerais possui apenas 06 jornais: Aqui – MG, Aqui (consolidado), Estado de Minas, Hoje em Dia, O Tempo e Super Notícia. Concordamos que esses jornais, exceto o Aqui (consolidado), são os únicos jornais mineiros de abrangência estadual, de acordo com nossa percepção, entretanto, é certo que o estado de Minas Gerais possui muito mais jornais de abrangência local e regional.

Quanto ao período pesquisado, foi o mês de janeiro de 2009. Se fossemos fazer uma pesquisa por amostragem teríamos que ler todas as matérias para classificá-las como sendo ou não referentes a crimes violentos, e já que estaríamos lendo tais matérias porque não já registraríamos as informações que a nós interessava? Em razão disto, optou-se por um censo das matérias sobre crime violento nesses jornais no referido período. Apesar de esse período ser relativamente curto, acreditamos que isso não tenha se tornado algo comprometedor à nossa pesquisa já que o que buscamos foi

conhecer o modo, ou seja, a qualidade da imprensa de Minas Gerais ao retratar crimes violentos. Sendo assim, por mais que os crimes variem de quantidade e tipo durante a extensão de um ano, por exemplo, acreditamos que a forma como a imprensa retrata tais crimes precisaria de um período muito maior para sofrer alterações.

Quanto à delimitação das matérias analisadas, não restringimos seu conteúdo apenas aos crimes violentos segundo a categorização oficial, que tem como violentos os crimes: homicídio, tentativa de homicídio, estupro, roubo e roubo a mão armada. Além destes, também foram analisadas matérias que tratavam de crimes que frequentemente são relacionados à violência, como: uso e tráfico de drogas, outros tipos de violência sexual além do estupro, lesão corporal, furto, seqüestro, porte, posse e tráfico de armas, danos a patrimônio público / vandalismo, tortura, bala perdida, suicídio, ameaça com arma e alguns outros semelhantes.

Analisamos diariamente as reportagens de todas as edições dos cinco jornais no período selecionado, isso, a partir da utilização de instrumento de coleta de dados construído, tomando por base Paiva & Ramos (2007), de acordo com os objetivos da pesquisa e tabulados no pacote de estatística Statistical Package of Sciences Sociales (SPSS), em que fizemos o tratamento quantitativo dos dados através de estatística descritiva. Analisamos de acordo a técnica descrita 822 matérias. A fim de complementar as nossas análises quantitativas, buscamos minimizar as lacunas a partir de uma verificação do conteúdo das matérias a partir de uma abordagem qualitativa de algumas destas, tendo em vista sempre o preenchimento dos espaços vagos deixados pelo método quantitativo.

Através das metodologias e técnicas acima relacionadas, acreditamos possuir subsídio suficiente para alcançar os objetivos do trabalho, uma vez que a metodologia adotada contempla o que é proposto através de abrangente análise das reportagens veiculadas em amplitude estadual a partir do dia 01 até 31 de Janeiro de 2009, bem como o confronto desses dados construídos com o referencial teórico adotado.

Proposições de estudos criminológicos

É praxe para muitos estudiosos de criminalidade iniciar seus escritos e falas destacando a complexidade do fenômeno, bem como, as múltiplas possíveis causas e interpretações, o que não permitiria proposições totalmente seguras acerca, tanto de suas

causas como do seu enfrentamento. Entretanto, sem a pretensão de ter o fenômeno como simples e uni causal, consideramos que existem algumas proposições consideravelmente sólidas, inclusive de base empírica. Podemos encontrar, apesar das inúmeras controvérsias, algumas proposições que consideramos mais robustas, que se dão acerca do crime, por exemplo, no que diz respeito às seguintes variáveis: pobreza e minorias, tamanho das cidades, gênero, idade, tráfico de drogas e utilização de arma de fogo.

A seguir exporemos algumas proposições a respeito destes temas:

a) Crime, desigualdade e minorias

Estudos tem demonstrado que não há uma relação de causa e efeito entre pobreza e crime. Não que a pobreza não tenha nenhuma relação com a violência, mas estabelecer uma relação direta, além de ser impossível quando se analisa grandes áreas como países, cidades e estados, por meio de metodologias quantitativas, isso poderia desencadear na criminalização de grupos sociais específicos (ARAÚJO & FAJNZYLBBER, 2001; BEATO, 2006 e 2010; BLAU & BLAU, 1982; COELHO, 1980; GLASSNER, 2003; MISSE, 2007; PAIXÃO, 1990; SAMPSON & WILSON, 2005; SILVA, 1999; ZALUAR, 1996).

Os sociólogos brasileiros Michel Misse e Antônio Luiz Paixão argumentam contra *cinco teses equivocadas sobre violência e criminalidade e três mitos da sociologia da violência e da criminalidade* respectivamente. Quanto aos mitos que Paixão cita tem-se: 1) O crime enquanto consequência direta da pobreza; 2) o mito da ordem e da desordem; 3) o mito das classes perigosas e da patologia (PAIXÃO, 1990). Já em relação às teses equivocadas relacionadas por Misse temos: 1) A tese de que o crime é cometido pelos pobres; 2) a tese que diz que o “bandido” se encontra nas áreas mais pobres da cidade; 3) a tese de que grupos como, capoeiras, negros e mulatos das favelas utilizavam de estratégias como a ética da malandragem como técnica de sobrevivência; 4) a tese referente à atribuição aos migrantes da zona rural, principalmente os nordestinos e nortistas ao aumento da criminalidade; 5) a tese que relaciona a violência à luta de classe (MISSE, 2007).

Apesar desses mitos e equívocos relacionando pobreza e crime, por outro lado, a desigualdade tem encontrado correlação mais robusta com os altos índices de

violência. Análises estatística ao controlar indicadores de pobreza encontram grande correlação entre desigualdade e violência ao passo que a correlação com a pobreza mostra-se insignificante (BEATO, 2006 E 2010; BLAU E BLAU, 1982; ARAÚJO & FAJNZYLBER, 2001; SAMPSON & WILSON, 2005; COELHO, 1980).

O Brasil é exemplo de paradoxo no que se refere à questão do desenvolvimento e do crime. Ao mesmo tempo em que acontecem melhorias nos índices sociais há, também, crescimento das taxas de criminalidade. Nas décadas de 1970, 1980 e 1990 ocorrem grandes melhorias nas condições sociais dos brasileiros, entretanto, há crescimento nos registros de crime. Tal paradoxo é especialmente acentuado nos centros urbanos. Logo, a partir desta constatação tem-se o questionamento de que a solução de problemas sociais relacionados à pobreza levaria a redução da criminalidade como defendido por algumas correntes. Da mesma forma, a correlação entre desemprego e crime é inconsistente. Ao contrário do que se pode imaginar o desenvolvimento econômico e social pode trazer condições favoráveis ao crescimento das taxas de crime, especialmente contra o patrimônio, ademais, esta perspectiva equivocadamente pode desencadear na marginalização e estigmatização social ao deixar subentendido que pobres estariam mais propensos a cometer crimes (BEATO, 2006 e 2010; ARAÚJO & FAJNZYLBER, 2001; COELHO, 1980; MISSE, 2007; PAIXÃO, 1990; ZALUAR, 1996).

Nos Estados Unidos, da mesma forma, os altos registros de crime são tidos como o preço a ser pago pela desigualdade econômica e racial. Enquanto não é encontrada correlação entre raça e crime, tem-se resultados consideravelmente significativos no que se refere à desigualdade ao se controlar a variável raça em análises de regressão. Enquanto a desigualdade de renda tem correlação com a violência, a proporção de negros já não apresenta correlação significativa (BLAU & BLAU, 1982). A causa para um maior número de registro de crimes entre jovens negros nos Estados Unidos se dá em razão de uma *concentração de desvantagens*, resultado da soma de vários fatores como desigualdade, desordem familiar, menor autocontrole, maior repressão policial e instabilidade residencial (SAMPSON & WILSON, 2005).

b) Violência e Jovens do sexo masculino

No que se refere ao perfil dos envolvidos no contexto de violência e criminalidade tem-se a predominância de jovens, não brancos, do sexo masculino. Isso se daria pela razão de um menor autocontrole entre estes, somando ainda uma concentração de desvantagens sobre os não brancos em especial (BEATO, 2010; BRAGA, 2005; PAIXÃO, 1990; SAMPSON & WILSON, 2005; WAISELFISZ, 2008;).

Nas décadas de 1980, 1990 e 2000 houve aumento significativo da proporção de jovens envolvidos com violência. Enquanto em 1980 era de 30% a proporção de jovens com até 24 anos de idade vítimas de homicídios no Brasil, em 2002 essa proporção alcança o nível de 54%. O Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros – 2008 aponta a população entre de 15 a 24 anos de idade como os principais envolvidos nos crimes violentos. As características de juventude e masculinidade são fatores de risco no que se refere a criminalidade (WAISELFISZ, 2008).

Crimes são universalmente cometidos por pessoas jovens. Ademais, tanto os autores como as vítimas costumam ser do sexo masculino, jovens e pobres, no caso dos Estados Unidos acrescenta-se a característica negros, e no Brasil, a característica não brancos (BEATO, 2010; SAMPSON & WILSON, 2005). Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro afirma que de forma geral o perfil do preso é homem de 18 a 29 anos de idade (FGV, 2010).

Apesar de ainda ser extremamente elevada a proporção de pessoas do sexo masculino entre os envolvidos com a criminalidade, tem aumentado a participação feminina. No ano 2000, tinha-se no sistema prisional 96,1% de homens e 3,9% de mulheres. Em 2009 a proporção de homens caiu para 94,1% enquanto a de mulheres subiu para 5,9%. Quando apresentado em números absolutos o aumento da participação feminina no crime fica mais expressiva, sendo que no ano 2000 tinha-se 5.601 mulheres e em 2009 chega a 24.068 (DEPEN, 2010).

O conhecimento a respeito destas características, as quais sejam jovens do sexo masculino como principais envolvidos em crimes têm levado a políticas públicas que tem trazido resultados positivos na redução de homicídios em *hotspots*. Como exemplo tem-se o programa “*Fica Vivo!*” no estado de Minas Gerais aqui no Brasil (BEATO, 2010), e no exterior o caso da cidade de Boston, com a “*Operation ceasefire*” (BRAGA, 2005).

c) Violência e tráfico de drogas

Outro problema que tem sido frequentemente relacionado à violência é o uso e tráfico de drogas especialmente entre os jovens. Esse é um problema tanto moral como de políticas públicas, é amiúde associado à violência pela mídia, senso comum, e pelas instituições oficiais, como é o caso da polícia (BEATO et. al., 2001; GLASSNER, 2003; JOHNSON, 1990; MORAES, 2005; PAIXÃO, 1994).

Em Belo Horizonte – MG de 1995 a 1999 foram identificados 10 conglomerados com maior risco de mortalidade, praticamente todos em favelas. Em razão de se ter um total de 85 favelas em Belo Horizonte no período estudado depreende-se que os causadores dos conglomerados de homicídios não são as variáveis socioeconômicas, mas a existência de violência associada ao comércio de drogas. Em 1998 chegou a 25,4% proporção de mortes cuja motivação foi registrada como sendo tráfico de drogas em Belo Horizonte – MG (BEATO et. al., 2001).

O uso de drogas no Brasil e no mundo de forma geral não é algo tão recente. Desde o final do sec. XIX que ópio e morfina são usados nos Estados Unidos tanto como medicamento quanto para diversão. Nas primeiras décadas do século XX tem-se grande uso de éter, cocaína e morfina. Desde 1921 que há criminalização de drogas no Brasil, mas a primeira vez que o problema das drogas se tornou caso de política pública no mundo foi em 1950, com a epidemia de heroína nos Estados Unidos. Na década de 1965 a 1975 a classe média, bem como, movimentos contra culturais fizeram uso elevado de drogas. A disseminação do consumo de tóxicos resultou na estruturação do mercado de produção e distribuição (GLASSNER, 2003; JOHNSON, 1990; MORAES, 2005; PAIXÃO, 1994).

A principal política adotada no que se refere a controle de drogas tem sido a de repressão, o que pode trazer sérias conseqüências sociais como é o caso do inchaço do sistema penitenciário quando da criminalização de usuários, atingindo principalmente a camada mais pobre da sociedade. De qualquer forma, isto é apenas mais um fator que coopera com a complexidade da questão da violência. Apesar de estar envolto a questões morais, o problema das drogas é caso também de políticas públicas, tanto pelo dano que causa a saúde e a vida social do usuário contumaz, principalmente, quanto

pela sua ligação com o crime organizado e violência (BEATO et. al., 2001; MORAES, 2005; PAIXÃO, 1994).

d) Violência e armas de fogo

De forma geral a presença de arma de fogo é uma variável importante para a letalidade de crimes. A maioria dos crimes de homicídio é cometida com a utilização deste tipo de arma. Destarte, esta é mais uma questão a ser levada em conta ao se estudar violência, consistindo também em um problema de saúde pública (BRAGA & PIERCE, 2005; GOERTZEL & KAHN, 2009; PERES, 2005; PHEBO, 2005; PHILIP & BRAGA, 2002; WAISELFISZ, 2008).

Nos Estados Unidos, de acordo com Levitt (2004), o controle de armas de fogo não se relaciona com a queda de crimes que ocorreu na década de 1990. Entretanto diferentes resultados foram encontrados na cidade de Boston por Braga & Pierce (2005). Para os autores a “operation ceasefire” teve impacto positivo na redução de homicídio juvenil através de um maior controle sobre as armas.

Ao considerarmos dados do ano de 2006, tem-se que 92,5% dos homicídios ocorridos no Brasil são cometidos pela utilização de arma de fogo. Estudo aponta que de 1979 a 2006 morreram mais de 650 mil pessoas vítimas desse tipo de arma. Há um contínuo aumento até o ano de 2003 e posteriormente ocorre redução atribuída a chamada lei desarmamento (WAISELFISZ, 2008).

Em relação à queda de homicídios na grande São Paulo encontra-se que dentre os principais motivos para o fenômeno, a partir de 2001, estão o aumento do policiamento efetivo, como também, a aplicação da legislação de controle de armas. Estas medidas são apontadas como causadores da redução dos índices da criminalidade letal (GOERTZEL & KAHN, 2009).

Tem-se, também, o impacto das armas de fogo na saúde da população no Brasil. Dentre as mortes por causas externas, que inclui acidentes e violência, 30,1% ocorreram através de armas de fogo em 2002. Das mortes por arma de fogo, foi encontrado que 90% foi homicídio (PHEBO, 2005).

Proposições sobre imprensa e mídia

Os meios de comunicação social, como jornais, revistas, cinema, televisão e rádio, podem ser considerados imprensa. Entretanto, para efeito de pesquisa, consideramos o conjunto de jornais e publicações congêneres e não todos os meios de comunicação de massa que são, também, assim chamados por influência da imprensa que de fato é impressa. Por ter sido o primeiro meio de comunicação de massa existente, a imprensa, emprestou seu nome aos demais meios, inclusive aos eletrônicos.

Antes de apresentarmos nossos resultados empíricos, ou seja, a forma como a imprensa escrita do estado de Minas Gerais retrata a violência, consideramos importante tratar de alguns conceitos que dizem respeito a esse objeto de estudo, para que tenhamos melhor base para as análises que se seguirão. Portanto, trataremos a seguir de sensacionalismo, jornalismo popular, e do papel da imprensa como informante e formador de opinião.

a) Sensacionalismo

O sensacionalismo é algo que existe na imprensa de forma geral segundo a percepção do senso comum e de estudiosos. Seria um recurso utilizado para atrair determinado público ao consumo do conteúdo publicado, muitas vezes não considerado notícia. Entretanto, há quem afirme que esse termo já não é mais apropriado para se referir aos jornais que tem como maior clientela o público dito popular (AMARAL, 2006; ANGRIMANI, 1995; MIRANDA, 2008; ROCHA, 1997; SELIGMAN, 2009).

Sensacionalismo, como indica o termo, está relacionado à *sensacional*. Significa dizer que reproduz sensação intensa, se refere à sensação, desperta admiração, entusiasmo e sentimentos de forma geral. Já sensacionalismo pode ser considerado como divulgação e exploração em tom espalhafatoso de matéria com capacidade de emocionar ou causar escândalos, utilizando atitudes chocantes, hábitos e acontecimentos exóticos, ou seja, é a exploração do sensacional. Dessa forma, sensacionalista é aquilo que contem ou se utiliza de sensacionalismo. Utiliza-se a palavra sensacionalista para colocar a margem, ou mesmo separar algum meio de comunicação dos mídias tidos como *sérios*. A palavra sensacionalista designa matérias que tem a capacidade de estimular respostas emocionais no leitor. Pode se referir ao

trato que determinado mídia faz de temas como crimes, desastres, sexo, escândalos e monstrosidades (ANGRIMANI, 1995).

Tem-se uma valorização da emoção, em detrimento da informação, através de exagero, deturpações, ambivalências semântico lingüística, exploração do vulgar, do extraordinário e espetacular. Destaca o supérfluo e sugestivo. O conteúdo dessa imprensa é geralmente sexo, sangue e escândalos. Serve para atender a instintos imediatos do leitor, fazendo com que o mesmo se afaste da realidade ao invés de se voltar para a mesma (ANGRIMANI, 1995).

O elemento sensacionalismo é encontrado na imprensa desde sua origem. Sendo identificado na França em 1560 com os primeiros jornais franceses, também, nos Estados Unidos, onde o jornalismo sensacionalista ganhou impulso, já apresentava esta característica no “Publick Occurrences”, primeiro jornal americano, que teve apenas uma edição, publicada em 1690. No Brasil, um dos jornais mais conhecidos por pelo seu sensacionalismo é o “Notícias Populares”, que circulou em São Paulo de 1963 a 2001. O sangue representa simbolicamente o sensacionalismo, estando o gênero ligado ao homicídio, a morte e a violência, sendo que para se referir a ele os franceses usam *sang à la une*, que quer dizer, sangue na primeira página. No Brasil usa-se *espreme que sai sangue* (AMARAL, 2006; ANGRIMANI, 1995; MIRANDA, 2008; ROCHA, 1997; SELIGMAN, 2009).

c) Jornais Populares

Um termo que tem sido recentemente usado, inclusive em substituição a sensacionalista, é o de jornal popular. Argumenta-se que o termo sensacionalista já não dá mais conta de expressar a realidade dos jornais voltados para as chamadas classes B, C e D, ou seja, as classes populares. Diz-se que há uma tendência de que deixem as coberturas sangüinolentas para buscar se aproximar do leitor de outra maneira. A expressão “Jornalismo Popular” seria menos preconceituosa, ademais esse tipo de imprensa se auto-intitula como popular. É um tipo de jornal geralmente barato, com poucas páginas, grande publicidade, destinado ao público de baixa renda e não possui venda por assinatura (AMARAL, 2006; MIRANDA, 2008; ROCHA, 1997; SELIGMAN, 2009).

O fato de que os jornais moldam seu discurso informativo de maneira a aproximar-se de seu público no que se referem as suas características culturais seria mais um argumento para fazer do sensacionalismo um termo inapropriado para o jornal popular. O sensacionalismo estaria relacionado a distorções dos fatos, o que não seria possível, já que não se pode fazer com que a notícia reflita completamente a realidade, ao mesmo tempo em que ela também não pode ser totalmente desvinculada da mesma. Em relação ao que se diz dos jornais sensacionalistas sobre serem meras mercadorias, isto consistiria em subestimá-los, pois produzem sentido, significações e conhecimento, atuando como construtor da realidade pública (AMARAL, 2006).

O jornal popular não publicaria somente sexo e violência, tentaria então corresponder ao interesse do público, buscando estar cada vez mais próximo dele, abrindo inclusive espaço para a participação desse público diretamente no jornal. O jornal popular, através de técnicas antigas, já presentes no *melodrama* e no *folhetim*, busca o envolvimento do público, dá maior ênfase ao local, e busca oferecer entretenimento ao leitor. Pouco trata de política ou assuntos mais abrangentes, normalmente narra fatos de forma simples e curta, trazendo parte do ocorrido na manchete que nem sempre retrata exatamente o que narra a matéria. O leitor popular normalmente se interessa por violência, futebol, fofocas do mundo dos famosos, e acontecimentos locais, rejeitando a economia, a política e fatos de interesse nacionais ou mesmo globais. O jornal popular se contrapõe ao jornal de *referência* ou *sério*, que tem compromisso com a informação, ele busca, em última instância, entreter o leitor (AMARAL, 2006; MIRANDA, 2008; ROCHA, 1997; SELIGMAN, 2009).

Enquanto se previa a extinção do jornal impresso, à emergência do jornalismo popular de qualidade é atribuído o aumento na tiragem de jornais através de um novo padrão que opta por dar atenção ao local e a prestação de serviços a sua comunidade/público. O sensacionalismo teria sido abandonado (AMARAL, 2006; MIRANDA, 2008; ROCHA, 1997; SELIGMAN, 2009).

Após a decadência do Notícias Populares a partir da década de 1980 tem-se o ressurgimento reformulado do gênero com, O Dia em 1992 e o Extra em 1988. Desde então foram criados o Agora São Paulo (SP), Meia Hora e Expresso (RJ), Hora de Santa Catarina e Notícias do Dia (SC), Aqui DF e MG, Agora (Brasília) e Super Notícia (MG) (AMARAL, 2006; MIRANDA, 2008; ROCHA, 1997; SELIGMAN, 2009).

d) (In) formação

A mídia atua através de um conjunto de ícones ou signos incógnitos, reproduzindo o seu conteúdo sob a forma denominada comunicação. De forma sintética, o signo pode ser um ícone, ou signo indicial que tenha uma analogia com o objeto representado, como por exemplo, uma foto ou escultura e ainda índice ou signo indicial. O índice ou signo indicial é algo que representa a coisa ou o objeto por remeter-se diretamente a ele, sem, no entanto, assemelhar-se ao mesmo. Como principal exemplo de signo indicial tem-se a maioria das palavras, sejam elas escritas ou faladas (COELHO apud PIERRE, 1993).

Apesar de a mente humana e dos sistemas culturais e individuais terem autonomia de finalização de significado real das mensagens que se recebe. Isso não significa que os meios de comunicação sejam imparciais e ainda que suas conseqüências possam ser omitidas. A mídia é uma variável independente na indução de comportamentos. “[...] *Vivemos em um ambiente de mídia, e a maior parte de nossos estímulos simbólicos vem dos meios de comunicação.*” (CASTELLS, 2000:360-361)

A mídia funciona como um vetor de publicização da vida cotidiana. Pode formar, informar, transformar e ainda deformar os estilos de identidade subjetividade e sociabilidade. Coexistimos com a camada midiática que tanto nos inspira quanto nos aspira. Dessa forma, o que se encontra em questão são as formas de representação de valores maniqueístas que são postas pela mídia, bem como as categorias de identificação e pertencimento (PAIVA, 2009).

Existe um poder intrínseco na mídia que existe pelo próprio modo de organização e manifestação dessa instituição social que permite que ela aja tanto de forma positiva quanto negativa na sociedade, principalmente no que tange a formação da identidade coletiva. Ademais, existem outros fatores que podem ser mais questionáveis, como manipulação de fatos, por exemplo. Há casos em que a mídia se posiciona de forma parcial ao buscar influenciar e manipular seus espectadores, de forma geral, em benefício da construção de certa “verdade” de acordo com interesses de grupos específicos, ou imprimir elevado grau de maniqueísmo em matérias (ARBEX, 2002).

Outro problema existente em torno da mídia se dá no que autores denominam como *cultura de massa*. A cultura de massa ocorre a partir do momento que em que se produz um conteúdo a ser transmitido sob forma de informação para uma

grande quantidade de indivíduos. Apesar de que os espectadores podem resistir, inclusive se apropriando de forma insurgente do conteúdo transmitido pelos meios de comunicação de massa, normalmente esse tipo de comunicação se dá em uma única via, pelo menos em sua maior parte, isso, de forma impositiva, trazendo discursos e ideologias, muitas vezes adversas aos seus receptores que não têm poder de resposta ou autonomia para diversificar o conteúdo de acordo com suas características culturais locais próprias (CASTELLS, 2000; COELHO, 1993; SCOVILE, 2001).

Relativamente ao tema da violência urbana, são muitos os trabalhos de cunho científico na escrita de seus primeiros parágrafos, expõe algo acerca desse tema ou afins, tratando da crescente ocupação do tema na mídia apesar de não dedicar especial atenção ao tema (LIMA, 2000; BEATO, 2001; PAIVA, 2009; SÉRGIO ADORNO, 2009; MUSUMECI, 1998; GLASSNER, 2003; TEIXEIRA & PORTO, 1993). A seguir, buscaremos confrontar as proposições que antecedem com os resultados de nossa pesquisa empírica, contrapondo a prática jornalística com teorias de imprensa e mídia.

Como a imprensa retrata os crimes violentos em Minas Gerais

1) Perfil das matérias

A Pesquisa contemplou um total de 822 matérias dos cinco jornais de circulação estadual em Minas Gerais no mês de janeiro de 2009. Foram analisadas 28 edições de cada jornal. Consideramos esse número de matérias que apresenta os tipos de crimes por nós analisado é elevado, entretanto, ele não está bem distribuído nos jornais estudados como veremos na tabela 01.

TABELA 01:

Jornal

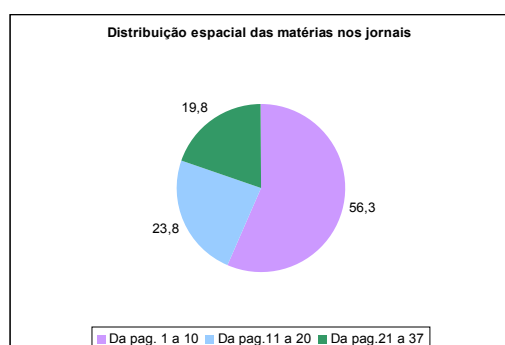
	Freqüência	Percentual
Super Notícia	298	36,3
Aqui	195	23,7
O Tempo	160	19,5
Estado de Minas	89	10,8
Hoje em Dia	80	9,7
Total	822	100,0

Fonte: Coleta direta, realizada a partir dos jornais Mineiros de abrangência estadual, edições de 01 a 31 de Janeiro de 2009.

Obtivemos uma média de 29,4 matérias sobre o tema por dia nos jornais de abrangência estadual. O máximo de matérias encontrado ocorreu no dia 13 de janeiro, data em que se obteve 47 matérias. O mínimo de matérias ocorreu no dia 19 de janeiro com um total de 10 matérias. Após a constatação da existência desse número elevado de matérias sobre violência expostas nos jornais de abrangência estadual em Minas Gerais, foi possível verificar o grau de proximidade que essa violência exposta nos jornais se encontra ante os mineiros. Dentre as matérias analisados, 70,6% se referem ao estado de Minas Gerais, enquanto 25,1% narra um fato ocorrido ou diz respeito a outro estado do Brasil ou trata do país de forma geral, 4,3% está relacionado a outro país. Como a maioria dessas matérias estão nos jornais populares Aqui e Super notícia (60%), esses resultados corroboram com a proposição de que jornais populares tratam predominantemente de acontecimentos locais (AMARAL, 2006; MIRANDA, 2008; ROCHA, 1998; SELIGMAN, 2009).

Mesmo que não ocorra nenhuma violência com algum conhecido próximo de um leitor de jornal em Minas Gerais, principalmente dos jornais populares, ele possivelmente encontrará em média 5,9 casos de violência por dia, por jornal durante sua leitura, e como veremos a seguir a violência ocupa papel privilegiado na imprensa escrita mineira. Para termos uma noção da localização espacial das matérias jornalísticas sobre violência na extensão dos jornais estudados fizemos a seguinte categorização:

GRÁFICO 01:

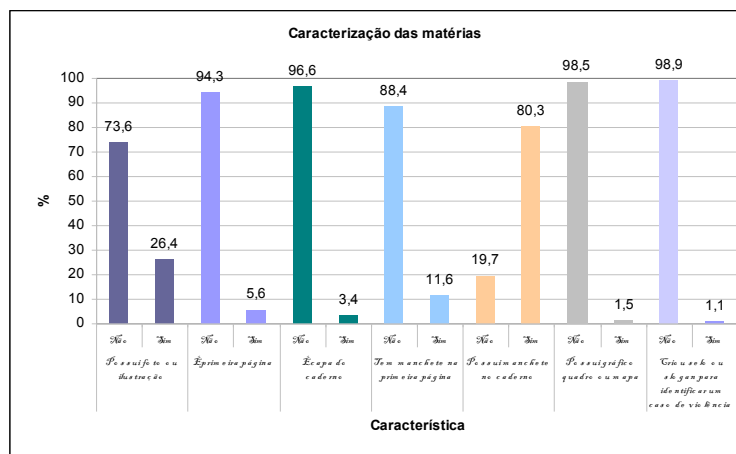


Fonte: Coleta direta, realizada a partir dos jornais Mineiros de abrangência estadual, edições de 01 a 31 de Janeiro de 2009.

Depreendemos que, mesmo que os leitores dos jornais em questão, a princípio não queiram ler as matérias sobre crimes violentos, ao folhear o jornal, muito provavelmente encontrarão alguma manchete sobre o assunto já que a maioria absoluta das 822 matérias encontradas (56,3%) se encontra nas primeiras dez páginas dos jornais em que elas estão inseridas, enquanto 23,8% se encontram entre as páginas 11 e 20 e 19,8% estão da página 21 à página 37 que foi a última página em que se encontraram matérias sobre o assunto, apesar dos jornais chegarem a ter 43 páginas, isso, ao desprezarmos os cadernos avulsos que normalmente são semanais.

Ademais, como podemos verificar no Gráfico 02, têm-se 5,6% das matérias nas como capas dos jornais, ou seja, não somente com manchete de capa (o que ocorre em 11,6% dos casos), mas como principal matéria apresentada pelo jornal na edição analisada. Além disso, 80,3% das matérias possuem manchete dentro do caderno onde estão inseridas. A manchete normalmente busca sintetizar a matéria de forma chamativa.

GRÁFICO 02:



Fonte: Coleta direta, realizada a partir dos jornais Mineiros de abrangência estadual, edições de 01 a 31 de Janeiro de 2009.

Outro dado que chama bastante atenção é o fato de 26,4% das matérias o que corresponde a 217 delas, apresentarem foto/ilustração. Sendo que o conteúdo dessas fotos normalmente é de corpos de vítimas no local do crime ou anterior ao

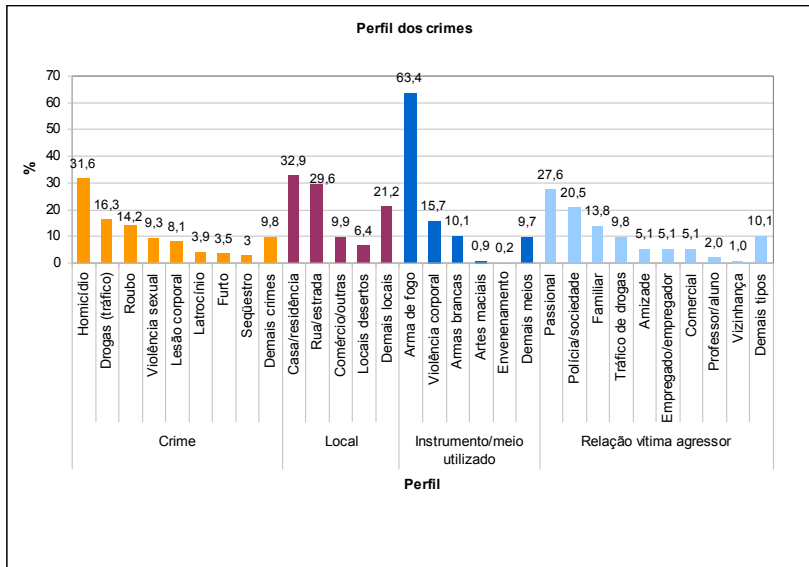
acontecimento, somente do local do crime, foto do agressor/suspeito para sua identificação, fotos da apreensão dos agressores/suspeitos, bem como de armas, drogas, dentre outras coisas apreendidas pelas polícias. Apesar de se dizer que aos jornais populares não mais cabe o rótulo de sensacionalista (AMARAL, 2006; MIRANDA, 2008; ROCHA, 1998; SELIGMAN, 2009), para que serviria tais ilustrações, manchetes, alta exposição da violência senão para despertar sentimentos no leitor.

A capa do Super Notícia do dia 13 de janeiro de 2009 trazia a manchete “MORTE NO BAILE FUNK”, com a seguinte nota explicativa: “*Adolescente de 14 anos, grávida de quatro meses, tenta se esconder, mas é morta com seis tiros em disputa de gangues ao deixar balada*” (SUPER NOTÍCIA, 13 de janeiro de 2009, p. 01). A matéria completa está localizada na página 3 do jornal, sendo a primeira matéria do caderno “*Cidades*”. A matéria trazia uma foto de 09 X 13,5 cm de tamanho da fachada do local onde aconteceu o baile funk em que a garota de 14 anos estava antes de ser assassinada. Esta exploração da violência de acordo com a nossa percepção é uma característica própria do sensacionalismo encontrado nos jornais do tipo *espreme que sai sangue* (ANGRIMANI, 1995).

2) Perfil dos crimes publicados

Veremos a seguir, que o modo como a imprensa escrita do estado de Minas Gerais retrata os crimes violentos, sensacionalismo à parte, apresenta algumas características que estão em considerável acordo com algumas proposições acerca da criminalidade.

Gráfico 03:



Fonte: Coleta direta, realizada a partir dos jornais Mineiros de abrangência estadual, edições de 01 a 31 de Janeiro de 2009.

Podemos perceber que o homicídio é o crime violento mais apresentado na imprensa mineira com 31,6% dos casos, apesar de na vida real não ser, dentre os crimes estudados, o que mais ocorre. Possivelmente por provocar uma maior comoção, e por mais que se sinta repugnância ante esse tipo de acontecimento, desperta curiosidade nos leitores. Ao mesmo tempo em que choca, também, chama a atenção para a leitura, consequentemente, contribuindo para as vendas através do sensacionalismo (ANGRIMANI, 1995).

Entretanto, em relação ao meio utilizado para a execução do crime violento tem-se a arma de fogo como principal instrumento (63,4) aproximando das proposições a esse respeito (BRAGA & PIERCE, 2005; GOERTZEL & KAHN, 2009; PERES, 2005; PHEBO, 2005; PHILIP & BRAGA; 2002; WAISELFISZ, 2008).

No caso da relação entre vítima e agressor/suspeito das matérias da imprensa mineira, tem-se o dado preocupante que é o fato de 20,5% das respostas válidas dessa variável, ou 07,4% de todas as respostas incluindo as não válidas, é a proporção de envolvidos cuja relação entre si é a de policial/sociedade. Pode-se explicar tal situação, ao menos em parte, pelo próprio ofício policial que coloca a polícia em vários

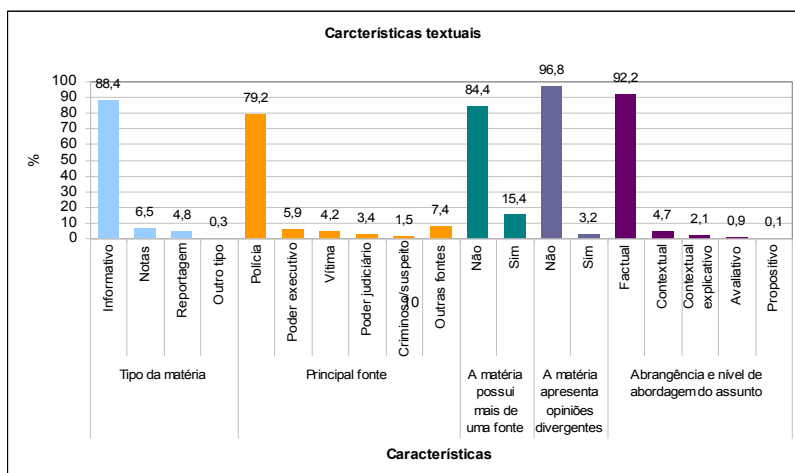
momentos submetida a situações em que obrigatoriamente se deve agir com o uso da força, ou que no enfrentamento a criminosos, a polícia acaba por ser vítima destes.

Contudo, podemos observar no gráfico 03 que 88,4% das matérias sobre violência na imprensa escrita de Minas Gerais em janeiro de 2009 são do tipo informativas, ou seja, apenas informa o acontecimento de um fato de forma narrativa sem contextualizá-lo, sendo portando uma abordagem factual e curta, algo que é próprio dos jornais populares (AMARAL, 2006; MIRANDA, 2008; ROCHA, 1998; SELIGMAN, 2009). Vejamos o exemplo publicado no Jornal Aqui (p.03) em 18 de janeiro de 2009:

TRIANGULO – PRESO MORRE DURANTE REBELIÃO EM CADEIA: Um preso morreu e outro foi baleado durante uma rebelião, na madrugada de ontem, na cadeia de Conceição das Alagoas, no triangulo mineiro. Em uma tentativa de fuga, os detentos renderam um agente penitenciário e chegaram a um dos corredores do prédio. A polícia militar atirou nos presos que agrediram o agente. Welinton Santos Gomes, 25 anos, morreu na hora. Três celas foram destruídas e os 120 detentos foram colocados nas outras três. Um delegado, um juiz e um promotor foram ao local avaliar a situação.

Como no exemplo acima, a maioria das matérias sobre violência em Minas Gerais faz uma descrição da ocorrência de algum fato sem a preocupação de uma problematização acerca da segurança pública . Observemos no gráfico seguinte algumas características presentes nos textos jornalísticos de Minas sobre crimes violentos:

GRÁFICO 04:



Fonte: Coleta direta, realizada a partir dos jornais Mineiros de abrangência estadual, edições de 01 a 31 de Janeiro de 2009.

Como principal fonte acessada para a construção das matérias tem-se a polícia com 79,2% dos casos. Entendemos como polícia nesse caso, algum policial, seja militar, civil ou federal, boletins de ocorrência ou qualquer meio utilizado por alguma polícia para transmitir alguma informação. Constatamos em Minas Gerais o que Ramos & Paiva (2007), haviam constatado sobre o Brasil – a grande proximidade da imprensa em relação à polícia.

A situação descrita torna-se ainda mais crítica ao verificarmos que em 84,4% das matérias não existe mais de uma fonte. Com isso, temos uma dinâmica de transmissão de relatos dos casos de violência quase sempre por uma única via. Podemos dizer que as matérias sobre violência na imprensa escrita de Minas Gerais é a reprodução que a polícia faz da violência que a polícia tem conhecimento e algumas vezes se envolve. Tal conjuntura leva-nos a pensar sobre a imprensa como um instrumento da instituição policial. Ainda, como fator contrário a imparcialidade da imprensa tem-se que, 96,8% das matérias em pauta, não apresentam opiniões divergentes, sendo, portanto quase sempre unilateral, transmitindo uma idéia sem criticá-la e nem ao menos problematizá-la, apresentando o fato pelo fato, talvez até de maneira duvidosa e limitada já que 92,2% dessas matérias têm o seu nível de abrangência factual.

Essa restrição se confirma na observação de que a grande maioria (95,9%) das matérias sobre violência publicadas no mês de janeiro de 2009 em Minas é embasada apenas pela ocorrência de um fato específico. Quase sempre não há uma contextualização através de leis (0,9%), teorias e pesquisas científicas (0,9%) ou usa alguma outra fonte oficial (03,3%). O que ocorre é simplesmente uma narrativa, restrita ao fato ocorrido, normalmente servindo-se de informações policiais.

Ainda em relação a esse caráter limitado das matérias sobre violência veiculadas em Minas Gerais, especialmente nos jornais populares, acrescenta-se a ausência de comparação de dados no tempo e no espaço, o que acreditamos se dá exatamente pela própria característica factual das matérias. Em 97,2% dos casos analisados não há comparação de dados no tempo e no espaço e nos poucos casos em que isso ocorre, a principal origem desses dados são órgãos oficiais como secretaria de segurança (54,2%), têm-se a polícia em segundo lugar (16,7%), Organizações Não Governamentais (ONGs) com 08,3%, universidades, empresas, estatísticas oficiais 04,2% cada, e 08,3% tiveram outros tipos de origem.

Quadro 01: Quanto ao conteúdo das matérias

Quanto ao conteúdo das matérias		Frequência	Percentual válido
Há descrição minuciosa do corpo da vítima ou da cena do crime, ou exposição de detalhes	Não	434	57,9
	Sim	316	42,1
Há Identificação das vítimas	Não	401	60,4
	Sim	263	39,6
Há Identificação do agressor/suspeito	Não	508	66,3
	Sim	258	33,7
Há Apresentação de causas gerais para a violência	Não	802	97,8
	Sim	18	2,2
Apresenta serviços de proteção como número de telefones para acionar a polícia, etc.	Não	806	98,1
	Sim	16	1,9

Fonte: Coleta direta, realizada a partir dos jornais Mineiros de abrangência estadual, edições de 01 a 31 de Janeiro de 2009.

Verificamos que em 42,1% das matérias estudadas houve uma descrição minuciosa do corpo ou da cena do crime ou ocorreu exposição de detalhes. Vejamos o trecho de matéria publicada no jornal *Aqui* no dia 29 de janeiro de 2009 (p.08), cuja manchete era: “*Criança de 8 anos escapa de estupro*”.

“Ele se despiu e tirou a roupa da criança. Quando ia começar a penetração, o menino deu um golpe e saiu correndo, gritando e chorando,” relatou o cabo Waldir Antunes Costa, da 7ª Companhia Independente, em Igarapé. A vítima foi pedir ajuda para as funcionárias da creche onde mora e elas acionaram a PM.

Na casa de Alan Horta Coutinho de 32, foram apreendidos um vídeo game, camisinhas e folhas de revistas com mulheres nuas. “Ele disse que vive sozinho, faz uso de remédio controlado e, de vez em quando, a cabeça esquenta. Ele confessou a preferência por crianças, devido à facilidade de atraí-las”, afirmou o cabo.

No caso exposto, percebemos um grau elevado de sensacionalismo ao se expor uma descrição desnecessária de uma tentativa de estupro a uma criança de 08 anos de idade, mostrando inclusive detalhes do local do crime (ANGRIMANI, 1995). Ocorre também que em 39,6% das matérias se identifica por nome ou foto as vítimas, e em 33,7% se tem a identificação do agressor/suspeito. Em contrapartida, corroborando com as proposições sobre o tema, destacamos a alta proporção de jovens e adolescentes envolvidos nos crimes violentos nas matérias apresentadas (37,6%), o que está de acordo com os dados oficiais, demonstrando assim, nesse caso uma reprodução do espaço social através da imprensa (BEATO, 2010; BRAGA, 2005; PAIXÃO, 1990; SAMPSON & WILSON, 2005; WAISELFISZ, 2008).

Tal reprodução também ocorre quanto à menção/relação ao uso/tráfico de drogas nas matérias, já que 27,2% das matérias analisadas faz menção ou relaciona o crime narrado com o uso ou tráfico de drogas, conferindo influencia das drogas sobre a criminalidade (BEATO et. al., 2001; GLASSNER, 2003; JOHNSON, 1990; MORAES, 2005; PAIXÃO, 1994).

Em relação a minorias observamos que a imprensa não faz uma relação explícita entre estas e a criminalidade, entretanto, isto ocorre de forma implícita. Vejamos o exemplo publicado no dia 24 de janeiro de 2009 no jornal Super Notícia (p.04), com o título “MORTO A PEDRADA POR VINGANÇA”:

O desejo de vingança pode ter sido um dos motivos que levaram o desempregado Maicon de Souza, de 18 anos, e o comparsa dele, um adolescente de 15, a assassinar a pedradas o saqueiro Augusto da Silva Junior, de 31. O crime aconteceu na madrugada de anteontem, em uma casa abandonada do bairro Vila Barcelona em Varginha, Sul de Minas. Segundo a Polícia Civil, a vítima era conhecida na região pelo temperamento autoritário e agressivo.

Conforme o capitão Valmir Sidnei de Carvalho, do 24º BPM, o local do crime é freqüentado por moradores de rua, onde tomava cachaça. “A vítima estava com a cabeça esmagada.” O corpo foi encontrado por um andarilho às 6h.

Como podemos verificar no texto acima, não há uma manifestação explícita com relação à pobreza ou minorias principalmente dos agressores/suspeito, entretanto, as características do local do crime, bem como o fato de se expor a sua situação de desempregado leva-nos à dedução de que os envolvidos não possuem grandes posses.

Utilizando o termo de Paiva (2009), aqui a realidade social é inspirada e aspirada pela imprensa. Ela apresenta uma reprodução do que está no espaço social corroborando com ele, dessa forma, tal como ela é um agente produtor do espaço social na medida em que aquilo que é por ela transmitido é introjetado pelos indivíduos, torna-se ela, então, um agente construtor das estruturas sociais, entretanto, a realidade social também é determinante daquilo que a mídia reproduz. Assim, do mesmo modo que a imprensa a produz, ela é também produzida, determina e é determinada. Do mesmo modo que há uma interdependência dos diversos tipos de espaços (físico, social, simbólico), na perspectiva de Bourdieu (1990), há uma interdependência entre a realidade social e a realidade da imprensa.

Considerações finais

Buscamos, neste trabalho, confrontar teorias de imprensa e criminalidade com o modo como a imprensa escrita do estado de Minas Gerais retrata os crimes violentos. Isto, para verificar o sincronismo ou diferença entre o que as teorias da ciência sobre esses dois temas e o resultado objetivo do jornalismo, que são as matérias publicadas.

Nossos resultados apontam para a existência de sensacionalismo, especialmente nos jornais populares. Isto é percebido pelo alto número de crimes violentos publicados, principalmente os mais graves, como é o caso do homicídio. Esta exposição de violência é feita com exibição de figuras e descrição de detalhes, o que tem potencial para despertar respostas sentimentais no leitor.

Outro problema se dá no que se refere as fontes do jornalistas para escrever sobre o tema. A polícia é quase sempre, a principal e única fonte, e está envolvida em

muitos casos de violência. Com isso, tem-se um problema quanto a credibilidade da matéria, afinal, muitas vezes o fato contado é a versão de apenas uma das partes envolvidas e que pode ter interesses em ocultar ou distorcer a maneira como os fatos ocorreram.

Entretanto, em alguns aspectos, a imprensa mineira tende a reproduzir o espaço social no que se refere aos crimes publicados. Tem-se o caso da faixa etária dos envolvidos, maioria jovens, como também a presença do uso e tráfico de drogas em grande número de matérias. O mesmo se dá quanto à utilização de armas de fogo para a execução de homicídios.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que a imprensa supervaloriza fatos, dá importância maior aos crimes com maior grau de violência, ou seja, age com sensacionalismo, ela também está ligada a realidade, por isso não deixa de reproduzi-la em alguns aspectos.

Não podemos deixar de afirmar aqui, que ao menos no que diz respeito à violência, há uma considerável diferença entre os jornais, dito *populares* e os de *referência*. Enquanto o Hoje em Dia e o Estados de Minas pouco tratam do tema, o Super Notícias e o Aqui o faz com abundância. O Tempo fica, em nossa percepção, na linha que divide um grupo do outro.

Por fim, consideramos que a respeito do que buscamos apresentar nesse trabalho, algumas questões começam a esboçar uma resposta, enquanto, ainda ficam muitas, e outras são provocadas pelo que foi apresentado. Contudo, esperamos ter contribuído para a ampliação dos conhecimentos a respeito desses temas, criminalidade e imprensa, que pretendemos estudar mais a fundo em oportunidades futuras.

Referências

- ADORNO, Sérgio. *Crianças e adolescentes e a violência urbana*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/docentes/docartigos/Sadorno_crianças.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2009.
- AMARAL, Márcia Franz. *Jornalismo popular*. São Paulo: Contexto, 2006.
- ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.
- ARAÚJO Jr., Ari Francisco. & FAJNZYLBBER, Pablo. *Violência e criminalidade*. Belo Horizonte, Cedeplar, 2001 (mimeo.).
- ARBEX, José. *O poder da TV*. Ponto de apoio. São Paulo: Scipione, 2002.
- BEATO, C., REIS, I. A. Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, v. , p. 385-405.
- BEATO, Cláudio et al. *Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999*. Cad. Saúde Pública, Out 2001, vol.17, no.5, p.1163-1171. ISSN 0102-311X
- BEATO, Claudio. *Crime e Cidades*. Tese titular. SOA/UFMG, 2010.
- _____ *Determinantes Da Criminalidade em Minas Gerais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1998, v.13, n.37: 74-89.
- BLAU, J. R.; BLAU, P. M. *The cost of inequality: metropolitan structure and violent crime*. American Sociological Review, 1982, n. 47, p. 114-29.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRAGA, Anthony A. and PIERCE, Glenn L.. “Disrupting Illegal Firearms Markets in Boston: The Effects of Operation Ceasefire on the Supply of New Handguns to Criminals.” *Criminology and Public Policy*, 2005, 4 (4): 717 – 748.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura, V. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CAMPOS COELHO, Edmundo. *Sobre Sociólogos, Pobreza e Crime*. Dados / v. 23, n 3, Rio de Janeiro, 1980.
- COELHO, Teixeira. *O que é indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- COOK, Philip J.; MOORE, Mark H.; and BRAGA, Anthony A.. “Gun Control.” In *Crime: Public Policies for Crime Control*, edited by James Q. Wilson and Joan Petersilia. Oakland, CA: Institute for Contemporary Studies Press, 2002.

GLASSNER, Barry; *Cultura do medo*. São Paulo. Editora Francis, 2003.

GOERTZEL, Ted and KAHN, Tulio.. *The Great Sao Paulo Homicide Drop*. *Homicide Studies*, Vol. 13, No. 4. (1 November 2009), pp. 398-410.

IVC - Instituto Verificador De Circulação. *Publicações filiadas ao IVC: ordenação por tipo. Ordenação por regiões e estados do Brasil*. Disponível em <<http://www.circulacao.org.br>>. Acesso em 17 de maio de 2009.

JOHNSON, Bruce, et. al. “*Drug Abuse in the Inner City: Hard-Drug Users and the Community*.” In *Drugs and Crime, Crime and Justice Vol. 13*, edited by Michael Tonry and James Q. Wilson. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

KANT DE LIMA, Roberto. *O sistema de justiça criminal no Brasil: dilemas e paradoxos* (Vol. 1, pp. 1-12). In *Anais. Fórum de debates: Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: Uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas*, 2000, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA.

LAURITSEN, Janet and SAMPSON, Robert.. *Minorities, Crime, and Criminal Justice*. In *The Handbook of Crime and Punishment*, edited by Michael Tonry. New York: Oxford University Press, 1998.

LEVITT, Steven D.. “*Understanding Why Crime Fell in the 1990s: Four Factors That Explain the Decline and Six That Do Not*.” *Journal of Economic Perspectives*, 18: 163 – 190, 2004.

LOFLAND, Lyn H. *A World of Strangers. Order and Action in Urban Public Space*. Waterland Press, Inc. Illinois, 1973.

MIRANDA, Flávia da Silva. *Aqui uma Super Notícia: o leitor convocado por dois jornais populares de Belo Horizonte*. I Encontro dos Programas de Pós-graduação em Comunicação de Minas Gerais - I Ecomig, PUC-Minas, Belo Horizonte, julho de 2008.

MISSE, Michel. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Direitos e conflitos culturais. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

MORAES, Paulo César. *Drogas e Políticas Públicas*. Tese de doutorado. Programa de Sociologia e Antropologia UFMG, 2005.

MUSUMECI, Leonarda. *Serviços Privados de Vigilância e Guarda no Brasil: um Estudo a partir de Informações da PNAD — 1985/95*. Rio de Janeiro, 1998. disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0560.pdf>>. Acesso em: 15 Abr. 2009.

PAIVA, Cláudio Cardoso de. *De olho nos traficantes, malandros e celebridades: um estudo de mídia e violência urbana*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/paiva-claudio-midia-violencia-urbana.pdf>>. Acesso em: 10 Mai. 2009.

PAIXÃO, Antonio Luiz. *A Violência Urbana e Sociologia: Sobre Crenças e fatos e Mitos e Teorias e Políticas e Linguagens e...*, Rio de Janeiro, “religião e sociedade, vol.15, n.1. ISER/CER, 1990.

_____. “*Problemas sociais, políticas públicas: o caso do tóxico*”. In Zaluar, Alba (org.) *Drogas e Cidadania*. Ed. Brasiliense, 1994.

PERES, Maria Fernanda Tourinho e SANTOS, Patrícia Carla dos. *Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo* Trends of homicide death in Brazil in the 90s: the role of firearms. In *Revista de Saúde Pública*, 2005, 39 (1): 58-66.

PHEBO, L. *Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil*. Viva Rio. 2005.

SAMPSON, Robert J.; WILSON, Willian Julius. *Toward a theory of race, crime and urban inequality*. Cap. 2. In Shaun L. Gabbiden e Taylor Greene (eds.) *Race, Crime and Justice*. Rotledge, 2005.

SELIGMAN, Laura. *Jornais populares de qualidade: ética e sensacionalismo em um novo padrão do jornalismo de interior catarinense*. Brazilian Journalism Research (versão em português) – vol. 2, nº 1 – 10., 2009

SCOVILE, Eduardo Henrique Martins Lopes. *Sociedade de massa: uma interpretação da cultura dominante*. R. Spei, Curitiba, v.2, n. 2, p. 49-57, jul./dez. 2001.

SILVA, Luiz Antônio Machado. *Criminalidade violenta e uma nova perspectiva de análise*. *Revista de Sociologia e Política*, n.13: 115-124, 1999.

SIMMEL, Georg. “*A metrópole e a vida mental*” in: Velho, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987 [1902], p. 11-25.

RAMOS, Silvia; PAIVA, A.. *Mídia e violência: Como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil*. *Boletim Segurança e Cidadania*, v. 4, p. 1-20, 2005

ROCHA, Paula Melani. *A profissionalização num jornal popular: a concepção de notícia e a representação social sobre os leitores no Notícias Populares*. São Carlos/SP. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 1997.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *O mapa da violência dos municípios brasileiros – 2008*. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, Instituto Sangari, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, 2008.

ZALUAR, Alba. *Da revolta ao crime S/A*. São Paulo: Moderna, 1996.